

COM BASE NO EDITAL Nº 01/2026



ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ - SÃO PAULO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TREMEMBÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE TREMEMBÉ - SÃO PAULO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

CÓD: OP-100MR-26
7908403590155

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos; sentido próprio e figurado das palavras	15
3. Pontuação	15
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	17
5. Concordância verbal e nominal	23
6. Regência verbal e nominal	25
7. Colocação pronominal	26
8. Crase	28

Matemática

9. Situações-problema envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação com números racionais nas suas representações fracionária ou decimal	37
10. Mínimo múltiplo comum. máximo divisor comum	38
11. Porcentagem	39
12. Razão e proporção	41
13. Regra de três simples ou composta	43
14. Equações do 1º ou do 2º grau	45
15. Sistema de equações do 1º grau	46
16. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	48
17. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico	51
18. Tratamento da informação – média aritmética simples	54
19. Noções de geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras e de tales	55

Conhecimentos Específicos Assistente Administrativo

1. Noções de administração pública: conhecimentos básicos de administração pública: princípios constitucionais da administração pública; princípios explícitos e implícitos	75
2. Ética na administração pública	77
3. Organização administrativa	80
4. Licitação e contratos administrativos: lei nº 14.133/21	84
5. Licitação e suas modalidades: dispensa, inexigibilidade, concorrência; pregão e seus procedimentos	130
6. Sistema de registro de preços	133
7. Técnicas de negociação e compras	137
8. Técnicas administrativas	139
9. Práticas de execução de compras públicas nas diversas modalidades licitatórias	140
10. Lei complementar nº 101/2000 (e suas alterações) – lei de responsabilidade fiscal: seus princípios, e sua observância nos procedimentos de compras	143
11. Noções de contabilidade aplicada ao setor público	160

ÍNDICE

12. Custos de mercadorias.....	165
13. Lei nº 4.320/64	168
14. Improbidade administrativa; lei federal nº 8.429/92 – das sanções aplicáveis a agentes públicos.....	171
15. Instruções do tribunal de contas do estado de são paulo	180
16. Redação oficial: documentos oficiais, tipos, composição e estrutura. aspectos gerais da redação oficial. correspondência oficial: definição, formalidade e padronização; impessoalidade, linguagem dos atos e comunicações oficiais (ofício, e-mail, mensagem), concisão e clareza, editoração de textos (manual de redação da presidência da república – 3ª edição, revista, atualizada e ampliada)	183
17. Rotina administrativa	183
18. Organização de arquivos.....	187
19. Conceitos fundamentais da arquivologia.....	190
20. Gestão de documentos	194
21. Protocolo	196
22. Tipos de arquivo	196
23. Organização do trabalho na repartição pública: utilização da agenda, uso e manutenção preventiva de equipamentos, economia de suprimentos	199
24. Liderança.....	202
25. Qualidade e organização.....	202
26. Excelência no atendimento ao cidadão; o enfoque na qualidade; o atendimento presencial e por telefone.....	205
27. Noções de help desk: suporte básico ao usuário – acesso à internet, montagem e configurações de equipamentos, utilização de hardwares e softwares; backups e procedimentos de segurança de dados	214

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.
- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

AMOSTRA

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

► **Exemplos Práticos**

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► **Importância da Compreensão Geral**

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► **Textos Literários**

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► **Textos Não Literários**

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

MATEMÁTICA

SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM NÚMEROS FRACIONÁRIOS E DECIMAIS

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. A manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas.

Vejamos alguns exemplos:

1. (VUNESP)

Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

Por fim, a diferença é de : $16000 - 10000 = 6000$ litros

Resposta: E.

2. (AOCP)

Uma revista perdeu $1/5$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.

- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.

Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar $1/5$ desses leitores, ou seja, encontrar $1/5$ de 200.000.

$$1/5 \times 200.000 = \frac{1 \times 200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

Resposta: A.

3. (VUNESP)

Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados $5/16$ do número total de peças e, no 2.º dia foram montados $3/8$ do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

- (A) 190.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 220.
- (E) 230.

Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados $5/16$ do número total de peças
Logo é $5/16$ de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16} \times 512 = \frac{5 \times 512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos $512 - 160 = 352$ peças restantes, então devemos encontrar $3/8$ de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8} \times 352 = \frac{3 \times 352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração $352 - 132 = 220$.

Resposta: D.

AMOSTRA

4. (Pref. Maranguape/CE)

João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de $\frac{3}{5}$ de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

- (A) R\$ 57,50;
 (B) R\$ 115,00;
 (C) R\$ 172,50;
 (D) R\$ 68,50.

Resolução:

Vamos representar a mesada pela letra x .Como ele gastou a terça parte (que seria $\frac{1}{3}$) de $\frac{3}{5}$ da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23 \cdot 5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de $115 = 115/2 = 57,50$

Resposta: A.

5. (CESGRANRIO)

Certa praça tem 720 m^2 de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm^2 .

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

- (A) $\frac{1}{600}$
 (B) $\frac{1}{120}$
 (C) $\frac{1}{90}$
 (D) $\frac{1}{60}$
 (E) $\frac{1}{12}$

Resolução:

$$600 \text{ dm}^2 = 6 \text{ m}^2$$

$$\frac{6}{720} : \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

Resposta: B.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM. MÁXIMO DIVISOR COMUM

MÁXIMO DIVISOR COMUM (MDC)

É o maior número que é divisor comum de todos os números dados. Para o cálculo do mdc usamos a decomposição em fatores primos. Procedemos da seguinte maneira:

Após decompor em fatores primos, o mdc é o produto dos fatores comuns obtidos, cada um deles elevado ao seu menor expoente.

Exemplo: MDC (18,24,42)

Decomposição de 18

$$\begin{array}{r|l} 18 & 2 \\ & 9 \ 3 \\ & 3 \ 3 \\ & 1 \ 2 \times 3 \times 3 \\ & \downarrow \\ & 2 \times 3^2 \end{array}$$

Decomposição de 24

$$\begin{array}{r|l} 24 & 2 \\ & 12 \ 2 \\ & 6 \ 2 \\ & 3 \ 3 \\ & 1 \ 2 \times 2 \times 2 \times 3 \\ & \downarrow \\ & 2^3 \times 3 \end{array}$$

Decomposição de 42

$$\begin{array}{r|l} 42 & 2 \\ & 21 \ 3 \\ & 7 \ 7 \\ & 1 \ 2 \times 3 \times 7 \\ & \downarrow \\ & 2 \times 3 \times 7 \end{array}$$

Observe que os fatores comuns entre eles são: 2 e 3, então pegamos os de menores expoentes: $2 \times 3 = 6$. Logo o Máximo Divisor Comum entre 18,24 e 42 é 6.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONHECIMENTOS BÁSICOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; PRINCÍPIOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS

O QUE SÃO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Princípios constitucionais da Administração Pública são fundamentos que norteiam o funcionamento, as decisões e as ações do setor público no Brasil. Esses princípios estão previstos na Constituição Federal e servem como balizas para garantir que a administração atue de forma ética, eficiente e em benefício da coletividade. São, portanto, orientações obrigatórias que devem ser seguidas por todos os agentes públicos, desde servidores até gestores e autoridades.

A administração pública, ao contrário da administração privada, tem como objetivo principal o interesse coletivo. Para garantir que esse objetivo seja alcançado, a Constituição estabelece princípios que orientam o comportamento do Estado e de seus agentes. Esses princípios funcionam como limites e diretrizes, impedindo abusos, desvios e práticas ilegais, além de promoverem a transparência e a responsabilidade no uso dos recursos públicos.

Na Constituição Federal de 1988, os princípios da administração pública estão principalmente presentes no artigo 37, que estabelece os chamados princípios explícitos. No entanto, existem também princípios implícitos, que não estão expressos de forma direta no texto constitucional, mas são reconhecidos pela doutrina e pela jurisprudência como indispensáveis ao funcionamento do setor público.

Esses princípios são essenciais para orientar a elaboração de leis, o exercício das funções administrativas e o controle da atuação estatal. Além disso, servem como parâmetro para a avaliação de condutas e decisões, podendo fundamentar a anulação de atos administrativos que contrariem seus preceitos. Por meio desses princípios, busca-se assegurar uma administração pública mais justa, eficiente e alinhada aos interesses da sociedade.

A compreensão desses princípios é fundamental para todos que pretendem atuar no setor público ou mesmo para cidadãos que desejam entender seus direitos e deveres em relação ao Estado. Eles funcionam como um verdadeiro alicerce da ordem administrativa, sustentando a legalidade, a moralidade e a eficiência nas relações entre o Estado e a sociedade.

PRINCÍPIOS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os princípios explícitos da Administração Pública são aqueles expressamente previstos no texto constitucional, sendo facilmente identificáveis por qualquer pessoa que consulte a Constituição Federal. No Brasil, o artigo 37 da Constituição Federal estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios são conhecidos pela sigla LIMPE, formada pelas iniciais de cada um. A seguir, detalho cada um desses princípios para facilitar a compreensão de sua importância e aplicação no dia a dia do setor público.

► Legalidade

O princípio da legalidade determina que a administração pública só pode agir conforme a lei. Isso significa que todos os atos praticados pelos agentes públicos devem estar autorizados por normas legais. Enquanto o cidadão pode fazer tudo o que não é proibido por lei, o agente público só pode fazer aquilo que a lei permite. Esse princípio garante segurança jurídica e impede arbitrariedades, pois exige que toda ação do Estado esteja fundamentada em uma base legal.

► Impessoalidade

O princípio da impessoalidade exige que os atos da administração pública sejam praticados em nome do interesse coletivo, e não para beneficiar ou prejudicar pessoas específicas. Isso significa que as ações do Estado devem ser dirigidas à coletividade, sem favorecimentos pessoais ou discriminações. Na prática, esse princípio impede, por exemplo, que um agente público use seu cargo para beneficiar amigos, familiares ou a si mesmo.

► Moralidade

A moralidade administrativa vai além do simples cumprimento da lei. Exige que o agente público aja com ética, honestidade, boa-fé e respeito aos valores morais aceitos pela sociedade. Um ato pode ser legal, mas ainda assim ser imoral, se for praticado com desvio de finalidade, má-fé ou de maneira contrária aos padrões éticos. A moralidade é fundamental para construir a confiança da população nas instituições públicas.

► Publicidade

O princípio da publicidade determina que os atos administrativos devem ser divulgados para conhecimento público, salvo situações de sigilo previstas em lei. A publicidade garante transparência, permitindo que a sociedade acompanhe,

AMOSTRA

fiscalize e questione as ações do poder público. Esse princípio facilita o controle social e contribui para a prevenção de abusos e irregularidades.

► Eficiência

O princípio da eficiência foi incorporado à Constituição para reforçar a necessidade de uma administração pública ágil, moderna e orientada para resultados. Significa que os serviços públicos devem ser prestados com qualidade, rapidez e economia, aproveitando da melhor forma possível os recursos disponíveis. O foco na eficiência busca melhorar o atendimento ao cidadão e o uso racional dos recursos públicos.

Os princípios explícitos da Administração Pública, além de balizarem o comportamento dos agentes públicos, também servem como critérios para avaliar a legalidade e legitimidade dos atos administrativos. A inobservância desses princípios pode resultar na anulação de atos, responsabilização dos agentes e até mesmo em sanções administrativas, civis e penais. Por isso, é fundamental que sejam conhecidos e respeitados por todos que atuam na gestão pública.

PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Além dos princípios explícitos, que estão claramente definidos na Constituição, a Administração Pública também se orienta por princípios implícitos. Esses princípios não estão expressos literalmente no texto constitucional, mas são reconhecidos e aplicados com base na interpretação do sistema jurídico, da doutrina e das decisões dos tribunais. Eles são considerados indispensáveis para assegurar a justiça, a coerência e a eficácia da atuação estatal, complementando os princípios explícitos e garantindo que a administração atue sempre em conformidade com os valores fundamentais do Estado de Direito.

Os princípios implícitos nascem da necessidade de suprir lacunas e orientar situações não previstas diretamente pela lei, mas que exigem uma resposta pautada pela ética, justiça e finalidade pública. Em outras palavras, eles decorrem do espírito da Constituição e dos objetivos maiores da Administração Pública.

► Supremacia do interesse público sobre o privado

Esse princípio estabelece que, em situações de conflito entre o interesse da coletividade e interesses particulares, deve prevalecer o interesse público. Ele justifica, por exemplo, a possibilidade de desapropriação de bens particulares para fins de utilidade pública, sempre mediante indenização. A supremacia do interesse público fundamenta a atuação do Estado em defesa do bem comum, garantindo que as necessidades coletivas sejam atendidas acima de interesses individuais.

► Indisponibilidade do interesse público

Ao mesmo tempo em que o Estado tem poderes especiais para atuar em nome da coletividade, ele também possui limitações. A indisponibilidade do interesse público significa que os agentes públicos não podem dispor livremente dos bens, direitos e interesses da sociedade como se fossem próprios. Todo o patrimônio e recursos públicos são apenas administrados

temporariamente pelo Estado, devendo ser utilizados sempre em benefício da coletividade, respeitando normas e procedimentos legais.

► Razoabilidade

O princípio da razoabilidade determina que as decisões e atos administrativos devem ser adequados, justos e proporcionais ao fim que se deseja alcançar. Isso evita excessos, abusos de poder e imposições desnecessárias por parte do Estado. Em outras palavras, exige que haja equilíbrio entre o meio utilizado pela administração e o objetivo pretendido, protegendo o cidadão contra arbitrariedades.

► Proporcionalidade

Embora esteja relacionado à razoabilidade, o princípio da proporcionalidade destaca que qualquer restrição a direitos individuais por parte da administração deve ser a mínima necessária para atingir o interesse público. Ou seja, se houver várias formas de alcançar um objetivo, deve-se optar pela menos gravosa ao cidadão. Esse princípio é frequentemente utilizado pelo Judiciário ao analisar atos que limitem direitos ou imponham sanções.

► Motivação

Os atos administrativos devem ser devidamente fundamentados, apresentando de forma clara as razões que justificaram a decisão. O princípio da motivação assegura transparência, permite o controle e a revisão dos atos e impede decisões arbitrárias ou sem justificativa. Ele fortalece a confiança da população nas instituições públicas e facilita o acesso à informação.

► Autoexecutoriedade

Em algumas situações, a Administração Pública pode executar seus próprios atos diretamente, sem necessidade de prévia autorização judicial. Isso é possível quando a lei permite ou em situações de urgência e interesse público. O princípio da autoexecutoriedade confere agilidade à atuação estatal, sempre respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos.

► Presunção de legitimidade

Esse princípio estabelece que os atos administrativos são considerados legítimos e verdadeiros até que se prove o contrário. Isso significa que, enquanto não houver decisão judicial ou administrativa em sentido oposto, presume-se que a administração agiu corretamente. Cabe ao interessado demonstrar eventual irregularidade.

Esses princípios implícitos completam o quadro de valores e fundamentos que orientam a Administração Pública. Sua observância é essencial para garantir não apenas a legalidade, mas também a legitimidade, a justiça e a eficácia dos atos administrativos. Ao agir conforme esses princípios, o Estado assegura uma gestão mais equilibrada, ética e voltada para o bem comum, reforçando a confiança da sociedade no poder público.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

